

EXISTE CRISTIANISMO NO CAPITALISMO? DOCTRINA SOCIAL, ALIENAÇÃO E LIBERTAÇÃO

René Dentz¹

Introdução

Marx não está morto! Em tempos de crise do liberalismo, é possível entender suas lições como atualíssimas! Seu pensamento pode ser uma chave de entendimento para fundamentos ético-antropológico-religiosos do mundo contemporâneo. Para instaurar uma forma diferente de funcionamento do poder, que vá além dos limites da democracia representativa, permanecer fiel à idéia comunista não é suficiente. Devem ser localizados, na realidade da História e em seu processo dialético, os antagonismos que fazem dessa idéia uma urgência prática. Deve-se, em primeiro lugar, transformar de maneira crítica os aparatos conceituais do “velho” Marx. Segundo GASDA (2012, p. 211):

O capitalismo global jamais modificou sua essência. A pretensão de mudar o mundo servindo-se dos elementos derivados da sua lógica não parece muito eficaz. Não ocorrem mudanças significativas. Nas circunstâncias atuais, qualquer instituição que atua centralizada e verticalmente é inoperante na luta anticapitalista. É uma ilusão restaurar *constantinismos*. Atuar horizontalmente, fundados na igualdade, pode ser mais frutífero.

A principal tendência do capitalismo “pós-moderno” é a des-regulação do mercado, um sentimento de mal-estar em relação ao Estado. No entanto, paradoxalmente (e perversamente!), a função estatal é a do autoritarismo por meio de seus aparatos legais. Assim se explica o grande moralismo de algumas tendências políticas de Direito, por exemplo, na França e as recentes vitórias da extrema-direita em eleições municipais.

¹ Doutorando em Teologia pela FAJE. Bolsista da CAPES.

Assim, quando, devido ao papel crucial do *general intellect* na criação de riqueza, formas de riqueza estão mais e mais “fora de quaisquer proporções com o tempo de trabalho direto envolvido em sua produção”, o resultado não é, como Marx parece esperar, a autodissolução do capitalismo, mas a transformação gradual e relativa do lucro gerado pela exploração da força de trabalho em renda apropriada pela privatização do *general intellect*.

No entanto, o capitalismo pós-moderno possui contradições cruciais, como aponta ZIZEK (2012, p. 31):

A única questão verdadeira hoje é: o capitalismo global contém antagonismos fortes o suficiente para impedir sua reprodução indefinida? Existem, penso eu, quatro desses antagonismos: a ameaça iminente de uma catástrofe ecológica, o caráter inapropriado da propriedade privada para designar a chamada ‘propriedade intelectual’, as implicações sócio-éticas dos novos desenvolvimentos tecno-científicos (especialmente na bioética) e, por último, mas não menos importante, as novas formas de apartheid, os novos muros e as favelas.

Deve-se pensar o capitalismo, apreendê-lo e torná-lo inteligível a fim de superá-lo. Ou seja, o capitalismo precisa ser evidenciado em seus mecanismos de falseamento da realidade que resultam em aprisionamentos do ser. Por isso Marx estuda profundamente as teorias econômicas liberais de sua época. Essas teorias se apresentam como defensoras da liberdade (do comércio e em outras instâncias vitais), mas são apenas “advogadas” da liberdade, que não é efetivada. Trata-se de um processo parecido que percebemos no Capitalismo Pós-Moderno.

1 Capitalismo e Doutrina Social: aproximações e problemas

O Capital dispõe de uma arma poderosa para dominar e submeter a classe operária, uma classe explorada material e socialmente, bem como moralmente humilhada, pois a ela não é dada uma identidade e um reconhecimento. A defesa da propriedade privada imprime um caráter quase natural ao isolamento dos indivíduos e de seus interesses, que impede que os indivíduos se unam em comunidade. Eis um primeiro ponto problemático presente na Doutrina Social da Igreja na *Rerum Novarum*, como nos alerta GASDA (2011, p. 112):

A polêmica principal que afeta diretamente o sentido do trabalho gira em torno da relação entre trabalho e direito de propriedade. É um ensinamento fundado na lei natural que conferiu ao homem o direito de *dominium* a partir de seus títulos de propriedade, não apenas a ocupação de uma coisa de ninguém, assim como também o trabalho; a propriedade somente tem valor social se os trabalhadores podem constituir seu patrimônio. Em uma sociedade salarial, o salário é o meio que existe para alcançar a propriedade privada.

Assim, desenhamos a estrutura da sociedade: classes sociais e luta de classes, exploração, criação da riqueza, empobrecimento dos trabalhadores. Inverte-se o lugar do trabalho: ele não é mais o agir, mas sim consequência da estrutura da sociedade.

A Modernidade apresenta um conceito emancipador racional e o mito irracional da justificação da violência, que se deve negar e superar democraticamente. E para reconstruir o Mito da Modernidade é fundamental descolar o foco da abordagem.

Por outro lado, com a superação da razão ilustrada pode-se, em reconhecendo o outro, a alteridade, buscar construir uma outra sociedade, como afirma DUSSEL (1993, p.187):

O projeto trans-moderno é uma co-realização do impossível para a única Modernidade; isto é, é co-realização de solidariedade, que chamamos analética. Este projeto de Trans-modernidade está calcado em um critério material, que é a vida, sua reprodução e desenvolvimento. Constitui-se como um contra-discurso das filosofias européias e norte-americanas que se não dão conta de sua função de filosofia do centro, procurando legitimar um discurso desde a periferia, consciente desta realidade e, com pretensão, todavia, de mundial idade. Isso porque, em sua proposta, incluem-se os diferentes, há alteridade.

2 Cristianismo e a atestação do Sujeito Vulnerável

Assim, chegamos a uma atestação necessária à teologia na pós-modernidade, aquela de *Sujeito Vulnerável*. Esse conceito, bem interpretado, nos permite pensar em quatro aspectos da vulnerabilidade: o desencantamento do mundo; a consciência de exclusão

vivida; o desmantelamento da onipotência; e, por último, o projeto sociopolítico que desencadeia. Segundo MENDOZA (2011, p.148):

(...) a partir da assunção da própria vulnerabilidade o sujeito fraco começa a mostrar outro rosto para além da aparência anódina que o etiquetava numa primeira impressão. Assim começa a gênese de uma presença para si mesmo de caráter proativo, marcada pela tomada de distância com respeito aos sistemas de totalidade e sua influência nos mecanismos da própria subjetividade.

E ainda (2011, p.191):

São precisamente eles, os justos da história, quem nos sustenta na consciência agônica vivida como experiência de viver até o último suspiro. Uma existência niilista enquanto é vivida nos limites de si mesmo. Uma existência vivida como tal por um sujeito vulnerável porque se confrontou por experiência própria com uma vida que não cessa de olhar de frente para a morte.

O segundo aspecto contrário ao Cristianismo presente na Doutrina Social da Igreja (por mais herege que essa afirmação possa ressoar!) é a Espiritualidade do Trabalho presente na *Rerum Novarum*. Segundo GASDA (2011, p. 115):

A dimensão espiritual fundamenta o dever de trabalhar: é uma lei imposta por Deus à humanidade para que ela se eleve até Deus e domine cada vez mais a matéria; é uma forma de colaboração íntima com a obra de Deus que tem por finalidade o cuidado e o cultivo. (...) A fadiga do trabalho tem sentido espiritual: “O homem, seguindo sua vocação, suporta, executando a vontade divina, o duro peso de seu labor profissional com resignação cristã e se redime do castigo imposto ao pecado”

A sociedade de consumidores desenvolveu, a um grau sem precedentes, a capacidade de absorver toda discordância que ela mesma, ao lado de outros tipos de sociedade, inevitavelmente produz - e então fazer uma mutação como fonte importante de sua própria reprodução e melhoramento. Como afirma BAUMAN (2012, p.66):

Ela extrai seu ânimo e seu ímpeto da deslealdade que ela própria produz com perícia. Fornece um excelente exemplo de um processo

que Thomas Mathiesen recentemente descreveu como “silencioso silencioso” - isto é, que “as atitudes e ações que são, em sua origem, transcendentais” - que ameaçam explodir ou implodir o sistema - “são integradas à ordem existente de maneira que os interesses dominantes continuem sendo atendidos. Dessa forma, elas deixam de ameaçar essa ordem”. Eu acrescentaria o seguinte: são convertidas em uma das grandes fontes de reforço e reprodução contínua dessa mesma ordem.

Citemos dois exemplos.

Foi uma tendência amplamente explorada por alguns movimentos dentro da Igreja, notadamente o da OPUS DEI, através da Santificação pelo Trabalho, defendida pelo seu fundador, o espanhol ESCRIVÁ (1991, p. 22):

Como se insere o Opus Dei no Ecumenismo? perguntava — me também. Já contei no ano passado a um jornalista francês — e sei que encontrou eco inclusive em publicações de irmãos separados — o que uma vez comentei ao Santo Padre João XXIII, movido pelo encanto afável e paterno de seu trato: "Santo Padre, na nossa Obra, todos os homens, católicos ou não, sempre encontram um ambiente amável: não aprendi o ecumenismo de Vossa Santidade". Ele riu emocionado, porque sabia que, já a partir de 1950, a Santa Sé havia autorizado o Opus Dei a receber como associados Cooperadores os não católicos e até os não cristãos.

São muitos, efetivamente — e entre eles contam-se pastores e até bispos de suas respectivas confissões —, os irmãos separados que se sentem atraídos pelo espírito do Opus Dei e colaboram com nossos apóstolos. E são cada vez mais frequentes — à medida que os contactos se intensificam — as manifestações de simpatia e de cordial entendimento, resultantes de os sócios do Opus Dei concentrarem a sua espiritualidade no simples propósito de viverem responsabilmente os compromissos e exigências batismais do cristão. O desejo de procurar a plenitude da vida cristã e de fazer apóstolo, procurando a santificação do trabalho profissional; o fato de vivermos imersos nas realidades seculares, respeitando sua própria autonomia, mas tratando-as com espírito e amor de almas contemplativas; a primazia que na organização de nossos trabalhos concedemos à pessoa, à ação do Espírito nas almas, ao respeito da dignidade e da liberdade que provém da filiação divina do cristão; a defesa contra a concepção monolítica e institucionalista do apóstolo dos leigos, da legítima capacidade de iniciativa, dentro do necessário respeito pelo bem comum: estes e outros aspectos mais do nosso modo de ser e trabalhar são pontos de fácil encontro, onde os irmãos separados descobrem — feita vida, experimentada pelos

anos — uma boa parte dos princípios doutrinários em que eles e nós, os católicos, temos fundamentadas esperanças ecumênicas.

A proposta do fundador da Opus Dei parece estar muito próxima à alienação que Marx previa. A religião está fundamentada, nesse caso, em uma ideologia que pretende manter o *status quo* da classe burguesa. A afirmação de uma espiritualidade para o trabalho não implica, em momento algum, em uma crítica social. Ao contrário, o trabalho deve ser santificado de forma silenciosa...

É possível, de igual modo, adotar uma postura budista no mundo pós-moderno. Trata-se de um caminho para o interior, para o silêncio. Não é a toa que essa tem sido uma tendência nas fábricas de ponta: a prática do Zen como forma de relaxar das tensas atividades do gestor. No entanto, trata-se, de igual modo, de uma prática que não insere o concreto histórico em seu horizonte, assim, podemos chegar à fórmula homeopática: “capitalistas sim, mas zen!”.

Assim também ilustra MENDOZA (2011, p.67):

Alguns analistas da cultura moderna liberal, como Alexis de Tocqueville no século XIX, ou Octavio Paz e Paul Ricoeur no século XX, se fizeram a pergunta sobre o sentido de tão estranha presença da religião na sociedade norte-americana. É provável que solução desse enigma se encontre na necessidade de todo império de criar o marco de referência mítico para justificar seu poder. Tal foi o caso, por exemplo, dos grandes impérios conhecidos, desde o Egito e a Babilônia até Roma e Bizâncio, até a Prússia e, na atualidade, os Estados Unidos. É provável que essa sensibilidade religiosa norte-americana indique algo importante do messianismo deste povo ou de sua devoção ao Criador, que teria dado a alguns povos da terra a missão particular de salvar o mundo das garras do mal.

Ressalta o sociólogo polonês BAUMAN (2012, p.66):

A principal maneira pela qual esse efeito é atingido repetidas vezes seria inconcebível, não fosse o ambiente líquido-moderno da sociedade e a cultura de consumo. Esse ambiente tem como característica a desregulamentação e desrotinização da conduta humana, já em estágio avançado, diretamente relacionadas ao enfraquecimento e/ou fragmentação dos vínculos humanos - com frequência referidos como “individualização”.

Trata-se da consequência clara do processo de alienação apontado por Marx na produção. Sobre isso, nos ensina KONDER (1983, p.45):

No sistema atual assinala Marx, o trabalhador produz bens que não lhe pertencem e cujo destino, depois de prontos, escapa ao seu controle. O trabalhador, assim, não pode se reconhecer no produto do seu trabalho, não pode encarar aquilo que ele criou como fruto da sua livre atividade criadora, pois se trata de uma coisa que para ele não terá utilidade alguma. A criação (o produto), na medida em que não pertence ao criador (ao operário), se apresenta diante dele como um ser estranho, uma coisa hostil, e não como o resultado normal da sua atividade e do seu poder de modificar livremente a natureza.

3 Trabalho, Capitalismo e Cristianismo

O trabalho passa a ser interpretado no âmbito das situações particulares constitutivas de uma época histórica, ultrapassando o nível individual que poderia ser resumido no elo entre o produtor individual, os instrumentos de trabalho, o objeto de trabalho e o produto. Nesse aspecto, mesmo Ricardo apresenta um argumento válido para Marx: é o valor criado pelo trabalho que explica que os produtos do trabalho podem ser trocados em um mercado. Eles se tornam mercadorias porque possuem um valor de troca; esse valor é abstrato, não está ligado ao uso do produto e torna compatíveis os diferentes produtos. Marx recusa a idéia de que o trabalho seja um dado natural, pois é condicionado a tornar-se parte do capital. O surgimento do capital resultou no processo histórico de destruição dos elos sociais e de solidariedades que permitiam em outras épocas viver em coletividade, sem se transformar em encarnação da mercadoria “força de trabalho”.

Como o trabalho é submetido ao capital e neste é integrado, o tempo de trabalho e a jornada de trabalho tornam-se mais plásticos. Os trabalhadores se adaptam às exigências do processo de produção, às exigências da acumulação de capital criada por eles e que os domina. Por meio de um processo de Fetichismo do capital os trabalhadores criaram essas coisas que os dominam. Ou melhor, os trabalhadores não criam, mas são escravos das coisas. Essas condições dominam sua visão de mundo (*Weltanschauung*), pois são incapazes de decifrar o capital, o trabalho e sua situação de trabalhador são verdadeiras construções sociais. Eles se instalam em verdadeiras fantasias sociais em que o processo de trabalho e de

produção se reduz somente às relações de trabalho instrumentais e técnicas. Assim, a espiritualidade serviria para a constituição de um ser integral (integralmente capitalista!).

O concreto é o ponto de partida tanto da análise e do pensamento quanto das representações e das “visões de mundo”. Para Marx: “A totalidade, como aparece na cabeça como unidade de idéias, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo da única maneira que pode (...)”. O Capitalismo e a produção capitalista são criadores de instabilidades e de incerteza concernentes ao futuro e, finalmente, criam angústias existenciais (“Fim da História”). No que concerne ao trabalho e ao trabalhador, a produção do capitalismo plenamente desenvolvido se caracteriza pela “mudança do trabalho, fluidez da função, flexibilidade universal do trabalhador”.

Nos ajuda a entender esse processo SPURK (2005, p. 194-95):

Por sua parte, desde 1844, Marx ataca vigorosamente a economia política em seus *Manuscripts* de 1844. De sua crítica guardamos somente que, inicialmente, trabalhando e produzindo, os homens são dominados por abstrações que eles mesmos criaram, o que leva Marx à noção de *Realabstraktion* (abstração real) (...). Marx critica a desumanização que resulta da concorrência e do trabalho alienado. Enfim, analisa o trabalho, bem como o consumo, para encontrar formas generalizáveis que se parecem aos modelos ou às tipologias utilizadas nas ciências sociais, os quais deveriam permitir-lhe melhor captar a autoconsciência dos atores. (...) o trabalhador se exterioriza e se objetiva no produto de seu trabalho. Torna-se um apêndice das coisas que ele mesmo e seus pares produziram.

Em uma sociedade de consumidores, a subjetividade, assim como a mercadoria em uma sociedade de produtores é um fetiche, ou seja, um produto profundamente humano elevado à categoria de autoridade sobre-humana mediante o esquecimento ou a condenação à irrelevância de suas origens demasiado humanas, juntamente com o conjunto de ações humanas que levaram ao seu aparecimento e que foram condição fundaste para que isso ocorresse. Como nos diz BAUMAN (2012, p. 23-24):

(...) No caso da subjetividade na sociedade de consumidores, é a vez de comprar e vender os símbolos empregados na construção da identidade - a expressão supostamente pública do “self” que na verdade é o “simulacro” de Jean Baudrillard, colocando a

“representação” no lugar daquilo que ela deveria representar -, a serem eliminados da aparência do produto final.

E ainda:

A “subjetividade dos consumidores é feita de opções de compra - opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição adquire a forma de uma lista de compras. O que se supõe ser a materialização da verdade interior do self é uma idealização dos traços materiais - “objetificados” - das escolhas do consumidor.

Conclusão

Podemos ressaltar uma importante contribuição do Neo-Marxismo através de Lukács. O filósofo húngaro observa uma necessidade de esclarecer a relação entre teoria e prática. É possível afirmar que as combativas reflexões em defesa da capacidade humana de se impor historicamente, da possibilidade do homem realizar sua própria emancipação, não se desvencilharam do incessante esforço de compreender o rumo tomado pelo socialismo real em suas conseqüentes mazelas e as possibilidades que então se punham para o florescimento de novos caminhos.

A perspectiva de “renascimento do marxismo” adquire nos anos de 1960 o estatuto de fio condutor das reflexões de Lukács. A reconfiguração da sociabilidade vigente a partir de uma democracia cotidiana em que indivíduo e gênero não sejam compreendidos como pólos antagônicos, em que seja possível a plena realização das capacidades vitais humanas, a superação da ordem do capital por meio da efetiva emancipação humana, assumem a condição de diretrizes da reflexão de Lukács. Para tanto, o filósofo húngaro afirma a necessidade de uma reflexão estética no pensamento de Marx. Esse caminho nos permite observar a busca pela apreensão genética das singularidades da realização artística, o descortinamento do específico desse âmbito em meio à totalidade das atividades espirituais humanas. Com isso, a peculiaridade do estético é vislumbrada na forma como a realidade é refletida, elaborada pelo âmbito artístico na cotidianidade. Diferentemente do “desantropomorfizador” reflexo científico, o reflexo estético é marcado por seu caráter humanizaste, na medida em que ao elaborar artisticamente, executando o teleológico estético, o homem explicita sua dimensão concreta ao se projetar na obra de arte. É pelo

mesmo caminho que se faz possível uma reconfiguração do real, através da autonomia que a obra de arte permite ao humano.

Nesse sentido, nos ajuda a entender GASDA (2012, p. 216):

(...) A fé nos ensina que toda verdadeira solidariedade como um paradigma que seja realmente libertador. A fé nos ensina que toda verdadeira solidariedade é libertadora. Uma libertação entendida como um longo processo de conquista de uma liberdade mais autêntica, que move mentes e corações a insubordinar-se contra todas as formas de opressão, a começar pela mais imediata, a do trabalho.

E afirma ainda o teólogo jesuíta catarinense (2012, p. 208):

(...) A transcendência da Igreja a respeito da ordem temporal lhe confere um caráter de liberdade, de universalidade e autonomia a respeito dos governos e dos poderes constituídos que preserva sua natureza profética.

Tal estilo torna o discurso da DSI mais atraente e aberto ao diálogo com a sociedade, com outras religiões, e mais bem acolhido pelos grupos divergentes no interior da própria Igreja. Em moral social, a Igreja não é dona da verdade, mas buscadora. Quanto à ética sexual e à bioética, o discurso da Igreja é inflexível, sem diferenciação de níveis, é normativo e doutrinário. Quase dogmático, sem matizações. Por que a Igreja utiliza estilos de discursos distintos para tratar de moral? A adoção do estilo da DSI aos discursos da ética sexual e da bioética não os tornaria mais atraentes, portanto com mais possibilidade de diálogo?

O capital é um “mundo invertido”: as relações sociais são relações entre coisas, e essas coisas são mercadorias. Os seres humanos criam suas relações sociais coisificadas e são dominados pelas mesmas coisas, ou seja, as mercadorias. Esse é o processo que acontece mesmo com o Sagrado. Assim, o trabalho abstrato que interessa ao capital porque ele cria valor e, por conseguinte, a mais-valia necessária à acumulação do capital. Isso explica por que, na sociedade capitalista, o trabalho é dominado pela produção do valor de troca e não pela produção orientada pelos valores de uso, o gozo e o consumo.

A Religião pode ser alienante ou libertadora, depende de qual papel na História a ela é reservado.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ESCRIVÁ, Josemaría. **Questões atuais do Cristianismo**. São Paulo: Quadrante, 2000.

GASDA, Élio Estanislau. **Fe Cristiana y sentido del trabajo**. Madrid: San Pablo, 2011.

GASDA, Élio Estanislau. **Trabalho e Capitalismo Global. Atualidade da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MENDOZA, Carlos Alvarez. **O Deus escondido da pós-modernidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

KONDER, Leandro. **Marx Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SPURK, Jan. **A noção de trabalho em Karl Marx**. In: MERCURE, Daniel – SPURK, Jan (orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005, p.189-210.

ZIZEK, Slavoj. **Bem Vindo ao Deserto do Real**. São Paulo: Boitempo, 2003.